



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7108 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT12 - Currículo

DO “FOGO NOS RACISTAS” AOS VENTOS DE OYA: PROBLEMATIZAÇÕES ACERCA DA LEI 10.639 E A 11.645

Rossellini Brasileira Rosa Muniz Gonçalves Ivone Rosa Muniz Gonçalves - UFBA - Universidade Federal da Bahia

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

DO “FOGO NOS RACISTAS” AOS VENTOS DE OYA: PROBLEMATIZAÇÕES ACERCA DA LEI 10.639 E A 11.645

É POSSÍVEL TEORIZAR QUANDO A VIOLÊNCIA SE PERSONIFICA?

Toda sexta-feira

Toda roupa é branca

Toda pele é preta

Todo mundo canta

(CALCANHOTO, 2019)

Seria um sonho toda pele preta, ao menos na sexta-feira. Digo isso pelo orgulho que me percorre cada vez que separo uma roupa branca para mais uma sexta na paz do pai Oxalá e pela beleza que (hoje) enxergo nas várias tonalidades de preto que colorem essa existencialidade. Em uma dessas, recebo a mensagem de uma grande amiga, Paula Milena Lima, pedindo ajuda porque havia sofrido racismo religioso dentro da Faculdade de Arquitetura (FAU) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Encontrar a narrativa de uma pessoa que acabara de sofrer violência nos atravessa, talvez por naturalidade humana. Acolher a narrativa de uma violência de algo que poderia ser com você, especialmente por já ter vivido isso, é uma multiplicação de dor, não uma divisão de fardo.

Assim como a delegada que nos atendeu, “não é racismo, é intolerância” – talvez alguns dirão. Quiçá, as pessoas que leem esse breve texto, que tem por natureza a inquietude de ser

tanto emotivo quanto acadêmico (como se em algum momento pudesse haver separação), ainda ache um exagero nossa revolta em ver uma aluna da UFBA ser surpreendida por um docente perguntando onde ela venderia seu acarajé – mesmo sabendo que ela era aluna da casa. Quando Paula afirma que não estava entendendo o comentário, que a dita “brincadeira” era racismo e que ela procuraria seus direitos, o professor sugeriu que ele era professor da universidade a muitos anos (desde a década de setenta) e que ela tinha que ver muito bem como quem estava se metendo.

Descarreguei no grupo do WhatsApp do meu grupo de pesquisa em Formação em Exercício de Professores (FEP) minha indignação, perguntando aos meus amigos e colegas como não devo desejar fogo nos racistas diante de tamanhas violências. Recebi toda solidariedade do grupo e uma provocação feita carinhosamente pelas líderes dele, Prof.^a Maria Inez Carvalho e Roseli de Sá: teorize.

Quase um ano do ocorrido, consigo escrever sobre, dançando com a dor de teorizar sobre mim, sobre meus pares. Diante disso, o presente trabalho é um desdobramento da minha pesquisa de doutorado *A terceira margem do rio: políticas curriculares entre identidades e diferenças*, em que intento problematizar sobre as políticas curriculares em espaços de culto do candomblé e ambientes dos movimentos sociais contra o racismo religioso. Busco aqui uma abordagem pós-crítica que ora se aproxima de determinadas teorias (pós-colonial, pós-estruturalista, pós-fundacional...), ora se afasta. Os (des)caminhos metodológicos se localizam na pesquisa pós-qualitativa, compreendo o desenho da pesquisa por meio de um olhar narrativo do cotidiano como as minhas trajetórias, sendo abyan[1] do Axé Abassá de Ogum e ativista na luta contra o racismo religioso podem me oferecer uma metodologia que esteja na ampliação da presença da esfera do ser[2].

A justificativa do professor da FAU é minha “deixa teórica”, um argumento. O eco que me provoca a escrever esse trabalho me faz problematizar ditos avanços na Lei de Diretrizes e Base da educação (LDB 9.394/1996) ao aprovar a Lei 10.639/2003, alterada pela 11.645/2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”.

“FOGO NOS RACISTA! ”

Sensação sensacional

Sensação sensacional

Firma, firma, firma

Fogo nos racista!

(DJONGA, HARIEL, 2019)

A música *Olho de Tigre* entoada por Djonga em seu show parece ter se tornado um hino que grita um rancor histórico. Devo confessar que é, de fato, uma “sensação sensacional” dizê-lo: me arrepia. Observo que não tenho tido tempo para chorar os mortos do racismo ou

contabilizar as violências. Mesmo assistindo com dolo, sinto que o espírito do tempo de nossa contemporaneidade tem como performance conceber o conhecimento com o “saber da informação”, como propõe Larrosa (2002). Notícias em redes sociais que se repetem a cada clique na tela do celular.

É importante destacar, no entanto, que o excesso dessas informações é fruto da naturalização da morte das pessoas negras. Fanon (2008) nos provoca a pensar como o corpo negro é colocado no lugar de “não-ser”. Desdobro o termo do autor para pensar que uma existencialidade desprovida de entificação do ser é o mesmo que considerar que um corpo negro não possui família, história, afeto, intelecto e que, por isso, pode ser alvo de violação do seu direito à humanização. Poderia cair no fatalismo e justificar que permanecemos no saber da informação sem caminhar rumo ao saber da experiência por conta de toda violência. Vejamos, a crítica aqui não é personificada ao cantor Djonga, ou a um setor exclusivo [8]. É uma problematização social e epistemológica. Trata-se de uma questão de decibilidade: o que fazer com isso? Eu, por decisão irreversível, aceitei o desafio e decidi teorizar.

Maria Inez Carvalho (2018) pergunta “*A teoria, na prática, é outra?*”. A autora problematiza falas que valorizam a prática em detrimento à teoria, como se a primeira fosse hermeticamente separada da segunda, desassociando o indissociável, o que, concebe, portanto, essas categorias enquanto imóveis, fixas. O que mais me chama atenção para os diálogos aqui propostos é o que a Carvalho nos inquieta a pensar esse distanciamento entre o homem e a natureza enquanto um hiato impossível, uma vez que o homem se tornou homem por meio da consciência de si, Contemplar a natureza, que é também contemplar-se, leva a diálogos com ela (natureza) nos quais são produzidos modelos do que está acontecendo e de como acontece. (CARVALHO, p. 6, 2018). Trata-se, neste sentido, de que este corpo negro que afirma com tanta veemência sua ancestralidade e que carrega a violência e cólera histórica do racismo, é um corpo que está na natureza porque ele é natureza. Logo esse corpo precisa inventar e tomar consciência de si, queimar, como nos convoca Fanon. Queimar no sentido de se revolucionar ao pensar sobre si, um movimento ontológico e epistemológico de inventar mundos:

O termo Inventar (*invenire*) é utilizado no texto a partir de sua etimologia: fazer vir à luz do dia o que já existe, vivido amplamente na experiência cotidiana. O mesmo sentido usado quando declaramos que Thomas Edson inventou a eletricidade. A eletricidade já estava presente na natureza, Edson fez vir à luz o que já existia.

Nota de rodapé de CARVALHO (p. 6, 2018)

Inventar aqui está no sentido de mapear novas estratégias de combate ao racismo que fujam a normativa dominante. Afirmando categoricamente a necessidade de denúncias, de que busquemos nossos direitos. Problematizo, no entanto, quais políticas curriculares temos criado para que não só a lei ou as medidas punitivas sejam nosso caminho de contraponto à violência. Ou seguiremos gritando “fogo nos racistas” sem queimar o racismo. A “desculpa” do professor de não ter sido formado para compreender que sua brincadeira era racista traz à luz nossa oportunidade de inventar, objetificar o racismo e teorizar acerca dele.

Há uma necessidade urgente de uma discussão sobre a expansão da universidade que abriu seus portões para grupos que historicamente não acessaram instituições de ensino superior, como negros e negras, mas que não conseguiu se deslocar, em termos de estruturas narrativas,

sua institucionalidade. Esta, enquanto uma instituição moderna, me parece ainda ser lida pelas lentes da modernidade e não consegue ser vista como um sistema dinâmico que sofre com as contingências que produzem eventos irreversíveis: a UFBA jamais será a mesma após as ações afirmativas, cotas, cursos noturnos e sua, aparente, democratização. Então pergunto ao docente: como não se formar? Como não se permitir atualizar em suas referências para acolher o deslocamento da trajetória da universidade pública?

Proponho que há um hiato aqui com a expansão da universidade, ações afirmativas ou a aprovação da Lei 10.639 e a 11.645. Da mesma forma que esse docente se coloca enquanto não atualizado e se diz em uma posição de inocência, ingenuamente cremos que essas vitórias institucionais instituiriam uma estadia tranquila em ambientes que historicamente não foram ocupados por grupos não hegemônicos.

Ao se partir de uma nova cosmologia, Prigogine (p. 170, 1996) propõe novas formas de ler o universo ao se admitir a existência de sistemas dinâmicos não lineares. O problema da cosmologia da relatividade restrita de Einstein que vigora ainda com louvor, por assim dizer, é que é preciso que um corpo esteja em inércia completa para que os cálculos de passado, presente e futuro aconteçam. Para terceira lei da termodinâmica é impossível que se chegue ao zero absoluto, isto é, estamos sempre em movimento e não há como calcular a direção dessas partículas que cada vez vão se agitando mais com o passar do tempo. “O próprio universo como um todo é um sistema termodinâmico e heterogêneo e distante do equilíbrio.” (PRIGOGINE, p. 163, 1996). Um paradigma não há como permanecer estável. O movimento da língua acontece e sem previsão. Nisso também está o caos. Gritos "Fogo nos racista" que fizeram a língua gaguejar, sair da fluidez paradigmática de uma linguagem que silencia e mata simbólica e objetivamente. Essas falas foram agenciamentos[10] instituintes que fizeram a malha discursiva cada vez mais rugosa.

Estamos vivendo um pré-ferver contemporâneo há um tempo em relação a um currículo identitário que, até agora, não demonstrou a esperada revolução, em nível macro. No entanto, temos que convir que revolucionou as escalas micro de existencialidades, como a minha, ao me reconhecer enquanto mulher negra e experimentar nisso um processo ontológico. Esse tempo, mesmo não trazendo grandes rupturas, foi um tempo necessário para afirmar a existência daquilo que para muitos estava no campo do “não-ser”. Grupos que fugiam a um padrão hegemônico gritaram em alto e bom som sua presença – a presença do outro -, e mostrou ao pensamento global – sendo otimista – que esse outro existe e ele morde!

Sim, ele morde. Afirmamos com toda força de um fundamento forte: sou mulher, negra (não retinta), bissexual, nordestina, candomblecista das águas Ketu/Nagô, jovem.... Gritamos com tanta força que caímos no fundamentalismo daqueles que gritaram que não existíamos. Caímos no essencialismo da Modinha de Gabriela: Eu nasci assim eu cresci assim e sou mesmo assim. Então dicotomizamos (de novo): eles e nós; eu e o outro. E o outro nunca é bom e nunca será eu.

Nos últimos anos começamos a pensar a filosofia da diferença e, no campo do currículo, um currículo para a diferença. Ao mesmo tempo não queremos e não aceitamos mais afirmações identitárias e queremos que toda essa gente que ficou em “silêncio” tanto tempo aprenda que não tem que afirmar com força fundante? Patrícia Hill Collins (2016) me faz

refletir sobre como essa afirmação diz respeito a um encontro com o reconhecimento da humanidade desses grupos. Essa terceira margem do rio que a sincronicidade me faz encontrar com Collins: precisamos de uma terceira margem[11]! E o momento de pré-ferver, do gaguejar da língua nos dá a oportunidade de um paradigma que preze pela humanização do humano.

O BATER DE ASAS DE UMA BORBOLETA

Para que te quero asas

Se eu tenho ventania dentro?

(LUNA, 2017)

Oyá, ou Iansã, é uma Iyabá, isto é, orixá feminino. “Rainha dos raios”, cantada por Maria Bethânia, Oyá tem por domínio os ventos, tempestades, raios e trovões, dentro da religiosidade de matriz africana. Ela possui dois arquétipos que são, aparentemente, contraditórios: um búfalo e uma borboleta. Ora Oyá pode ter o peso de um búfalo que pisoteia seus inimigos e os atravessa a barriga com seus chifres, ou a leveza de uma borboleta, que aprendeu a domar seu próprio ímpeto na leveza do bater de asas.

Paula, uma mulher de Oyá, me fez teorizar por meio do bater de asas dessa borboleta, pensando as instituições de ensino como um sistema dinâmico e que, por isso, está sempre em movimento. Desse modo, pensar as trajetórias caóticas dentre dessa atmosfera, levou-me até o Efeito Borboleta demonstrado no Atrator de Lorenz, em 1963. Para Lorenz, por menos diferença que uma partícula tiver em relação as dimensões de tempo/espaço, o percurso por parecer idêntico, mas logo demonstrará sua diferença de percurso. Nas variáveis descritas pelo meteorologista – que parte de uma análise atmosférica, o formato do sistema, após um tempo, formaria um Atrator Estranho, com o formato de uma borboleta.

Partindo da compreensão que cada escola é uma escola, cada sala de aula uma sala de aula, cada professor, um professor e cada aluno, um aluno, torna-se impossível prever a trajetória dos ventos da lei, assim como as políticas curriculares que são produzidas no chão da escola se tornarão intuitivas, na perspectiva do poder. Quando conseguimos a aprovação de uma lei, esta é fruto de um bater de asas de uma borboleta, que “o bater das asas de uma borboleta no Brasil pode iniciar um tornado no Texas”, como provoca Edward Lorenz, em 1963, ou pode gerar apenas uma brisa. Nesse sentido, é possível pensar o Efeito Borboleta de Lorenz (FERRARI, 2018) como metáfora para as políticas curriculares haja vista que problematizar as instituições de ensino de ensino como sistema que essas políticas se presentificam por meio de um olhar pós-crítico, é mirá-las acolhendo o movimento constante, com contingências e eventos que mudam as trajetórias de forma irreversível, como propõe a teoria do caos (PRIGOGINE, 1996). Desse modo, tentar teorizar também sobre as rotas que corpos negros traçam em contextos sistêmicos que não se sabe ao certo as condições iniciais.

As trapaças da língua compõem a camada rugosa dos trilhos das trajetórias do caos. Elas

fazem parte das contingências que aquecem o sistema dinâmico paradigmático e nos coloca em estado de pré-ebulição: a beira do abismo. Acreditamos que a dita “tomada da palavra por grupos subalternos” por meio da institucionalidade seria o topo de nossas vitórias. “Se o poder é bom, eu também quero!”, fundamos de forma a ser a raiz da nossa luta discursiva. Disputamos a representatividade visando a positivação da representação social da negritude. Incorporamos o pecado da *libido dominandi* que Roland Barthes (2013) sugere estar em todo e qualquer discurso, mesmo quando este parte de um lugar fora do poder: disputamos o código da língua por dentro da sua legislação, a linguagem.

Apossados desse desejo de poder, inquieto-me a pensar que fizemos das armas do colonizador a nossa, as mesmas utilizadas para nos dominar. Cremos fielmente que a lei nos daria respostas. Mas o discurso é uma malha, um tecido, e este pode ser, nas palavras de Barthes, abjurado, negado, desmentido. Isto é, da mesma forma que trapaceamos quando políticas curriculares chegam até nossas salas de aula que apontam para um projeto de ensino que não acreditamos, outras pessoas abjurarão as palavras da Lei, reduzirão a História e Cultura Afro-brasileira e Indígena ao 20 de novembro e 19 de abril. “Mas a língua, como desempenho de toda linguagem, não é nem reacionária, nem progressista; ela é simplesmente: fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer.” (BARTHES, p. 13, 2013). Na legalidade alcançamos o texto instituído, o poder hegemônico e da mesma maneira que temos trapaceado a séculos o fascismo de uma língua imposta o tempo todo ao povo afro-brasileiro e indígena, quando alcançamos o poder de instituir, outros irão também nos trapacear.

“O que se pode ser controlado não é nunca totalmente real, o que é real nunca pode ser rigorosamente controlado.” (PRIGOGINE, p. 158, 1996). A expectativa da sanção da Lei é que seja uma representação do real, entretanto, o real não existe. Fica na dimensão que Barthes chama de utópica. O sonho do movimento social ao se lutar pela aprovação de uma lei é que ela saia da virtualidade e se torne real. Entretanto, diante do fascismo da língua, a lei ao ser aprovada, torna o real virtual, não enquanto par opositor, mas enquanto uma outra dimensão do sentido da língua, uma expectativa de que haja uma cascata de atualizações – citando Pierre Lévy (2007) - na realidade. A utopia de que o ente da língua irá se presentificar em ações objetivas provoca a ilusão da língua.

Por hora, o que fazer diante disso? Não disputar a Lei? Seguir afirmando veementemente nossos fortes fundamentos identitários? Ou negá-los? Não sei. Sinto-me apenas “pertencendo irreduzivelmente a meu tempo”, como sugere Fanon (2008) ou uma “fiel descendente do meu tempo”, como prefere Carvalho (2018) ao citar Foucault (1980). Ou simplesmente, compondo uma trajetória irreversível de um vento batido por asas de uma borboleta.

Eparrei, Oya!

Palavras-chave: políticas curriculares; racismo, teoria do caos.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **Aula**: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 07 de janeiro de 1977. Tradução e posfácio: Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2013.

CARVALHO, Maria Inez. A teoria, na prática, é outra? A teorização nos Mestrados Profissionais em Educação. In.: **Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino**, XIX ENDIPE - Salvador. Anais Volume 1, Número 40. Salvador: UFBA, 2018

_____. **De volta para o futuro**: em busca do tempo/espaço perdido nas lembranças. Memorial – Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia 2018.

COELHO, Teixeira. A cultura como experiência. In: RIBEIRO, Renato Janine. (Org.). **Humanidades**: um novo curso na USP. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 65-101.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a Outsider Within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. In: **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-126, jan./abr. 2016.

FANON. Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FERRARI, Paulo Celso. **Temas contemporâneos na formação docente a distância - uma introdução à teoria do caos**. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) – Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/91442/256624.pdf;jsessionid=C0:sequence=1>

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. In.: **Revista Brasileira da Educação**. Nº 19, Jan/Fev/Mar/Abr, Rio de Janeiro: ANPED, 2002. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE19/RBDE19_04_LARROSA_BONDIA.PDF

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo, Ed. 34, 1996. (coleção trans).

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas** – tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: Ed., UNESP, 1996.

PELLEJERO, Eduardo. Entre dispositivos e agenciamentos: o duplo deleuziano de Foucault. In: **Revista Margens Interdisciplinar**. Universidade Federal do Pará - Campus Abaetetuba – EditorAbaete. V. 6, n. 7. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/2807>

WESTBROOK, Robert B; TEIXEIRA, Anísio. José Eustáquio Romão, Verone Lane Rodrigues (org.). **John Dewey**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco Editora, 2010

[1] Noviça na religião, estágio antes da iniciação para tornar-me filha de santo, nas palavras de minha Yalorixá, Mãe Jaciara Ribeiro.

[2] Coelho (in: RIBEIRO, 2001).

[8] Referencio e peço licença aqueles que vieram antes de mim: Sueli Carneiro, Lelia Gonzales, Angela Davis, Audre Lorde, Conceição Evaristo, Muniz Sodré, o próprio Fanon, Stuart Hall, Kabengele Munanga e tantos outros

amigos, irmãos. Sinto-me parte de um coro dissonante, mas que consoa ao exigir respeito as nossas vidas.

[9] Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer, Intersexos, Assexuais e mais.

[10] (PELLEJERO, 2010)

[11] A autora propõe a mulher negra intelectual em outra margem do rio, estando de fora do lugar historicamente ocupados por pessoas brancas, mas também se deslocando do seu lugar. Por isso ela é *outsider within*.